

Antônio de Albuquerque, Capitão da Paraíba, e a sua Ação contra os Holandeses

A relação breve de Frei Paulo do Rosário (1632)

Luís Filipe Marques de Sousa*

Resumo: Com base na obra *Relação Breve e Verdadeira*, de Frei Paulo do Rosário, o artigo discorre sobre a ocupação holandesa no período anterior a Maurício de Nassau, pondo em destaque a organização militar do Brasil Colônia no início do século XVII e a figura de Antônio de Albuquerque, Capitão-Mor da Capitania da Paraíba. Palavras-chave: Frei Paulo do Rosário, Antônio de Albuquerque, Guerra Brasílica.

Em 1624, os holandeses atacavam a Bahia e iniciavam, por esse processo violento, a sua presença em solo brasileiro. Os holandeses trouxeram para fora da Europa uma nova vertente da guerra, não só a ocupação militar mas, sobretudo, a ameaça dos que se rebelaram contra os Habsburgos e contra a fé católica.

A expansão do fenômeno da rebeldia religiosa para fora das fronteiras europeias preocupou sobretudo a dinastia dos Filipes. Nesse intuito, é desde logo enviada às costas brasileiras uma Armada espanhola para contrariar os intentos de fixação da WIC (Companhia das Índias Ocidentais).

Seria o testemunho breve de Frei Paulo do Rosário, 1632, que impregnado da pré-

dica católica da luta contra o rebelde da fé, daria a conhecer os sucessos e trabalhos por que passaram as “gentes” da Paraíba antes desta capitular em 1634. Do discurso, em todo laudatório da pessoa do Capitão Antônio de Albuquerque, ressalta-nos o fato de aparecer uma nobreza terra tenente originária da colônia e de quem ele é descendente.

O AUTOR DE RELAÇÃO BREVE E VERDADEIRA DA MEMORÁVEL VITÓRIA (1632)

Frei Paulo do Rosário (OSB) – Porto ? – Convento do Bostelo, 1655.

Sobre Frei Paulo do Rosário são poucos os informes que se conhecem. Segundo Barbosa de Machado,¹ nasceu no Por-

* Professor-Doutor. Comunicação apresentada em 13 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

¹ Barbosa de Machado, *Bibliotheca Lusitana*, v. III, Lisboa, 1752, p. 533.

to, ingressou na ordem de São Bento e, em 22 de agosto de 1601, no convento de Santo Tirso, receberia a *prima tonsura*. Pouco tempo depois passaria ao Brasil onde se tornaria pregador, comissário geral do Santo Ofício e abade dos conventos da Filipéia (Nossa Senhora das Neves – PB) e de São Salvador da Bahia.

Em 1632, provavelmente, estaria de volta a Portugal e seria eleito abade dos conventos de São Miguel de Refoios, Santarém e por último do Porto. Em 10 de janeiro de 1655 falecia no convento de Bostelo.

Da sua atividade intelectual deixou-nos uma única obra impressa – *Relação Breve e Verdadeira da Memorável Vitória que Houve o Capitão-mor da Capitania de Paraíba Antônio de Albuquerque dos Rebeldes de Holanda*, (...), Lisboa, tipografia Jorge Rodrigues, 1632 – e uma obra inédita e manuscrita – *Breve Cópia dos Mosteiros de São Bento edificadas pelo Mundo*.

A obra que nos serviu de base, *Relação Breve e Verdadeira*, pode considerar-se como das primeiras obras escritas sobre a guerra entre portugueses e holandeses, onde sobressaem nomes e títulos como *História da Guerra Brasília*, de Francisco Brito Freire, e *Valeroso Lucideno*, de Frei Manuel Calado, que lhe são posteriores. No entanto, nunca chegando à envergadura destas, trata-se sobretudo de um relato dos acontecimentos militares quando da primeira tentativa de ocupação holandesa da cidade de Filipéia e do Forte do Cabedelo.

A ÉPOCA – O BRASIL SOB OCUPAÇÃO HOLANDESA (A FASE ANTERIOR A MAURÍCIO DE NASSAU, 1624 A 1637)

A investida holandesa foi o resultado de uma convergência entre interesses econômicos de uma república burguesa poderosa antes mesmo de ter obtido em estatuto jurídico internacional, cujas pontas de lança eram as grandes companhias comerciais, e a vontade política dos estados-maiores projetada na construção de um império ultramarino.²

A ambição da posse do Brasil pelos Países Baixos é conhecida desde muito cedo. Digamos que, com o fim da Trégua dos Doze Anos em 1621, que tem como consequência o fechamento dos portos portugueses aos holandeses, leva à criação da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (WIC). A Companhia da Índias Ocidentais era sobretudo uma empresa com fins expansionistas, de boa base financeira e dotada de sólidos meios comerciais, dispostos ao serviço de uma política de hegemonia no ultramar.³

A área de ação da WIC compreendia a costa oeste de África, a América e, no Pacífico, até o estreito de Anian. Essa companhia era, na sua constituição, um consórcio misto, onde se fundiam os interesses de comerciantes particulares e os dos Estados Gerais. Esses últimos participavam deste modo nos lucros obtidos com o comércio e obrigavam-se a fornecer soldados e naus de guerra para a defesa das atividades da WIC. À Companhia era também reconhe-

2 Bartolomé Bennassar e Richard Marin, *História do Brasil*, Lisboa: Terramar, 2000, p.88.

3 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, v. IV, Lisboa: Verbo, 1979, p.220.

cido o direito de construir fortes, de fazer tratados com os indígenas e de nomear autoridades e funcionários civis e militares.⁴

O projeto de conquista do “Brasil útil”, isto é, do Brasil açucareiro, da faixa litorânea onde pululavam os engenhos de açúcar (de Salvador à Paraíba) foi idealizado no interior da WIC, contribuindo para tal as opiniões dadas, em 1621, em nível econômico e religioso, por Willelm Urselinx e Jan Andries Moerbeek. Para estes o Brasil seria, uma vez conquistado, a principal colônia fornecedora de matéria-prima (açúcar, tabaco e gado) e também terra para expansão da evangelização calvinista.⁵

O fim da Trégua dos Doze Anos (1621) e a criação da Companhia das Índias Ocidentais, que orienta os seus objetivos para a recuperação do comércio do açúcar brasileiro, levariam, em 1624, a que se organizasse uma armada de 26 navios, com cerca de três mil soldados, para invadir São Salvador da Bahia. A capital do Brasil e o Recôncavo Baiano surgiam então como objetivo simbólico e rentável por constituir a principal região açucareira.⁶

A perda da cidade do Salvador mobilizaria a sociedade portuguesa e espanhola para o envio rápido de uma armada de socorro. Esta chegaria, em 1625, comandada por D. Fradique de Toledo e tomaria aos holandeses a cidade do Salvador. Estes últimos, não conseguindo um estabelecimento definitivo em terras brasileiras, até 1630, praticariam uma guerra de corso aos comboios de navios da carrei-

ra do Brasil, da carreira da Índia e das Antilhas.⁷

Em 18 de agosto de 1629, o Conselho dos XIX dava ao Almirante Hendrick Lonck instruções secretas para atacar o Rio de Janeiro, Salvador e a Paraíba. O projeto era o controle da *Zuickerland* (Terra do Açúcar), capitania de Pernambuco, centro econômico do Estado do Brasil.⁸

Em 1630, o Almirante Lonck, comandando uma armada de 56 navios, equipados com 1.150 canhões e 3.500 soldados, conquistou a capitania de Pernambuco. Esta era uma das capitanias hereditárias, região de senhores de engenho e, sobretudo, centro da produção açucareira do Nordeste brasileiro, englobando, no seu *hinterland*, que se estendia para lá dos seus limites, cerca de 120 engenhos de açúcar.⁹

Para a conquista de Pernambuco contribuiu em muito a presença de informantes holandeses que residiam em Olinda e Recife. A princípio pareceu-lhes uma conquista fácil, mas quanto mais se interiorizavam nas zonas rurais mais difícil se lhes deparava. A ocupação de Pernambuco ficou apenas na faixa litorânea. Aliás, os holandeses nunca tiveram em conta a resistência dos portugueses, a ameaça de uma armada da União Ibérica e, sobretudo, a dizimação de grande parte do contingente militar por doenças como o escorbuto, a disenteria sanguínea, a cegueira noturna e o paludismo.¹⁰

4 Hélio Vianna, *História do Brasil*, 14. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1980, p. 141.

5 Bartolomé Bennasar e Richard Marin, *ibidem*, p.88;

6 *Idem*, *ibidem*, p.88.

7 J. A. Gonsalves de Mello, “O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 1, v. 1, dir. Sérgio Buarque de Holanda, 7. ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 237.

8 Joaquim Ribeiro, “Administração do Brasil Holandês”, in *História da Administração do Brasil*, v. 3, 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília – FUNCEP, 1983, p. 343.

9 J. A. Gonsalves de Mello, *ibidem*, p. 237.

10 Joaquim Ribeiro, *ibidem*, p. 343.

A região pernambucana não lhes surgiu, de início, como uma região rentável. Só em 1634 é que se obtêm os primeiros lucros da cana sacarina, 1 milhão e meio de florins.¹¹ Além do mais, as tropas holandesas começam a demonstrar uma diminuição no índice do estado de hígidez (saúde), impossibilitando cerca de um terço das tropas de participar nas campanhas militares. O plano do Conselho dos XIX estava, desse modo, comprometido.¹²

As condições existentes no terreno acabariam por ditar a restrição do projeto à região nordestina, tentando-se estender a conquista até a região produtora da Paraíba. Nesse período, em que se promovia a conquista da terra, os holandeses instituíram o Conselho Político da Nova Holanda (Brasil), órgão administrativo que tinha por objetivos conciliar holandeses e portugueses, evitar os atritos religiosos e aplacar os conflitos entre as autoridades civis e militares. Este órgão exerceu o poder até 1637, altura em que Maurício de Nassau veio como governador ao Brasil.¹³

Em finais de 1631, os holandeses demonstraram o desejo de se apossarem das capitâneas da coroa, Paraíba e Rio Grande, situadas a norte das capitâneas hereditárias, Pernambuco e Itamaracá, que já estavam por eles ocupadas. A cobiça das capitâneas da Coroa resultava de elas também serem produtoras de açúcar e gado, bens tão necessários ao abastecimento dos beligerantes.¹⁴

Em 5 de dezembro de 1631, as tropas do Tenente-Coronel Steyn-Callenfels

chegam ao forte de São Filipe do Cabedelo, na Paraíba, a fim de submeterem a capitania ao poder holandês. Entretanto, a resistência portuguesa organizou-se e, apesar da tentativa de cerco do forte e da cidade de Filipéia, os holandeses não passaram mais do que além da praia, sendo incapazes de derrotar os portugueses que rapidamente construíram trincheiras à volta do forte e, desse modo, investiram contra o inimigo. Nessa campanha destacam-se três fatos: 1º) a organização como estrategista do capitão-mor Antônio de Albuquerque; 2º) a facilidade de organização da população em companhias militares, integrando em si o elemento índio; e, por fim, 3º) a chegada do socorro dos Terços de Portugal e de Espanha que reforçaram a artilharia e a infantaria que defendiam a capitania. Em 11 de dezembro de 1631, os holandeses, perante essa organização, embarcaram para o Recife dando por terminada a campanha.¹⁵

Em 7 de dezembro de 1634, os coroneis van Schkoppe e Arcizewsky e o Almirante Lichthardt, comandando os seus exércitos, que eram em número superior aos portugueses presentes na Paraíba e comandados por Antônio de Albuquerque, conseguiram submeter finalmente a capitania ao jugo holandês. A partir daí, o forte de São Filipe do Cabedelo e a cidade de Filipéia passariam a chamar-se Forte Margarita e Frederickstaadt, em homenagem a Frederico de Nassau.¹⁶

11 Bartolomé Benassar e Richard Marin, *ibidem*, p. 89.

12 Joaquim Ribeiro, *ibidem*, p. 343.

13 *Idem*, *ibidem*, p. 345.

14 Hélio Vianna, *ibidem*, p. 148.

15 Hernâni Donato, *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, São Paulo: IBRASA, 1987, p. 237.

16 Hélio Vianna, *ibidem*, p. 150.

A GUERRA BRASÍLICA – ASPECTO DA ORGANIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL COLÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XVII

No período a que nos reportamos poucos recontros militares com as potências européias se tinham dado em solo brasileiro. Podemos dizer que são episódicos e esporádicos os projetos de ocupação francesa, inglesa e holandesa que se nos apresentam nos primeiros cem anos de vida da colônia. Não será de dar a devida importância aos projetos franceses da França Antártica e da ocupação de São Luís do Maranhão, e mesmo dos estabelecimentos extemporâneos dos ingleses na foz do Amazonas. No entanto, estes se integram em movimentos de afirmação do poder real e de expansão colonial.

A ocupação holandesa (1624-1654) trará para o Brasil, de um modo mais permanente, as antinomias que opunham o Império dos Habsburgos à República das Províncias Unidas. Uma guerra não só dominial mas também religiosa. O problema da presença e domínio efetivo dos holandeses no Nordeste brasileiro põe em destaque, como Frei Paulo do Rosário diz, o seguinte: “Rebeldes de Holanda, inimigos de Deus e de el’Rei.”¹⁷

O *Rebelde de Holanda* nada mais era que o rebelado contra a doutrina e a fé católicas, que punha em causa a autoridade papal, e, sobretudo, o que não aceitava o poder do imperador espanhol e lutava pela secessão das Províncias Unidas à coroa dos Habsburgos.

17 Frei Paulo do Rosário, *Relação Breve e Verdadeira da Memorável Victória, que ouve o Capitão-mor da Capitania da Paraíba António de Albuquerque dos Rebeldes de Olanda*, Lisboa: Tip. Jorge Rodrigues, 1632, fl. 6v.

Perante a presença desse novo elemento no espaço brasileiro e, sobretudo, devido às dificuldades de comunicação com a metrópole, a insuficiência e o retardamento do auxílio das armadas de costa, os portugueses foram obrigados a se organizarem militarmente. Foi nessa altura que os irmãos Albuquerque, Matias e Antônio, se evidenciaram como estrategos e que, do esforço de defesa, surgiu a unidade das diferentes *nações* brasileiras (a portuguesa, a indígena, a negra, a espanhola e a italiana).¹⁸

Com a ocupação holandesa de Olinda e Recife e com a organização da defesa e resistência dos portugueses da colônia, dar-se-ia início ao *estilo de guerra brasílica*. Esta era caracterizada por uma guerra de investidas rápidas e de surpresa, de uma infantaria *aligeirada*, apoiada na tática de guerrilha. As principais características residiam na grande mobilidade, na iniciativa individual dos combatentes e na heterogeneidade da composição das forças militares da colônia.

A *guerra brasílica* assentava numa guerra de companhias de emboscadas, tropas ligeiras, ágeis e extremamente manobráveis, adaptadas e adaptáveis às exigências do terreno com rapidez e desembaraço.¹⁹ No entanto, a chegada dos reforços da metrópole levariam a que houvesse uma articulação entre as companhias de emboscadas e as tropas regulares.²⁰ Tal fica evidente na *Relação Breve e Verdadeira*, onde Frei Paulo do Rosário mostra que o suces-

18 J. A. Gonsalves de Mello, *ibidem*, p. 238.

19 *Idem*, *ibidem*, p.239.

20 Arno Wehling, “Padrões Europeus e Conflitos. A Questão da Guerra Brasílica”, in *XXIV Congresso Internacional de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1999, p. 358.

so obtido em 1631 se deveu a essa articulação das ditas companhias com os Terços de Portugal e de Espanha: “A solução empírica da guerra brasílica foi aos olhos dos contemporâneos tão bem-sucedida que buscava-se na colônia capitães e soldados práticos adestrados na luta anti-holandesa.”²¹

Essa experiência militar resultou em grande parte da pluralidade étnica dos naturais que compunham as companhias, reunindo do mesmo lado o português, o luso-brasileiro (proprietário da terra), o negro, o indígena, o espanhol e o italiano. Perante essa diversidade, os holandeses habituados aos procedimentos pré-fixados pelas guerras européias do Renascimento e dos conflitos religiosos, logo se viram ultrapassados pelos locais. Estes últimos, mais adaptados ao clima e à geografia, sabendo daí tirar todo o proveito para fazer uma guerra de desgaste contínuo.

Para a Paraíba podemos identificar dois momentos: 1º) em 1631, o sucesso contra a campanha holandesa deveu-se, em muito, às ditas *companhias de gente da terra* e à sua articulação com os socorros ali chegados; 2º) em 1634, os ditos socorros são insuficientes e estão dispersos, acabando por capitular a cidade de Filipéia e o Forte do Cabedelo, apenas devido à superioridade numérica dos efetivos e do armamento holandês.²²

ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE, CAPITÃO E HERÓI DA PARAÍBA

O epíteto de “herói da Paraíba” usado para falar de Antônio de Albuquerque po-

derá parecer exagerado. No entanto, na opinião do abade do convento de São Bento da Filipéia, Frei Paulo do Rosário, não parecerá demasiado. Diz-nos ele: “Três coisas essenciais se hão-de achar num capitão para ter felizes sucessos: zelo da honra de Deus, madureza no discursar, e resolução em obrar no que houver discursado, isto é, no que houver feito.”²³

Frei Paulo do Rosário acrescenta-lhe ainda que era bom católico, fazendo mercês à igreja da Nossa Senhora das Neves, padroeira de Filipéia, e que se deveu a ele a fortificação e restauro dos antigos fortes de São Filipe do Cabedelo e do Varadouro, respectivamente da margem esquerda e da margem direita do Rio Paraíba, onde se encontrava a cidade de Filipéia. Acrescenta nesse capítulo a seguinte anotação: que fez forte novo (o do Cabedelo) com quatro baluartes em “torrão e faxina, que são os mesmos materiais que usão os Rebeldes nas fortificações que fizerão no Recife, e ilha de Itamaraca”.²⁴

Além disso, Antônio de Albuquerque era tão expedito com a defesa que, segundo a *Relação* de Frei Paulo do Rosário, chegou a guarnecer o Forte do Cabedelo com oito peças de artilharia em bronze que encomendara para o efeito. Tal cuidado acabaria por valer, na expressão de Frei Paulo do Rosário, que a sua perseverança e tenacidade só eram comparáveis às de Afonso de Albuquerque quando “remediou todos os cercos das fortaleza do Oriente.”²⁵

De 5 de dezembro de 1631 até 24 de dezembro de 1631, ocupou-se esse capi-

21 Idem, *ibidem*, p. 358.

22 J. A. Gonsalves de Mello, *ibidem*, p. 239.

23 Frei Paulo do Rosário (OSB), *ibidem*, fl.1v.

24 Idem, *ibidem*, fl. 2v.

25 Idem, *ibidem*, fl.3v.

tão, mais o seu irmão, Matias de Albuquerque, de não dar descanso aos holandeses que corriam as costas das capitanias de Pernambuco até Rio Grande.

Quanto à origem genealógica de Antônio de Albuquerque, Frei Paulo do Rosário acrescenta-nos que é filho de Jerônimo de Albuquerque, capitão da conquista do Maranhão, irmão de Matias de Albuquerque e de Jerônimo de Albuquerque, este último morto numa das refregas com os holandeses durante o cerco ao forte de São Filipe do Cabedelo (1631).

Antônio de Albuquerque é descendente de uma verdadeira aristocracia terratenente brasileira, que começa embrionariamente com seu pai, Jerônimo de Albuquerque, cognominado *o Torto* ou *Adão Pernambucano*. Os biógrafos e genealogistas têm na pessoa de Jerônimo de Albuquerque algo de discutível, já que muitos apontam uma prole numerosa (cerca de 24 a 32 filhos, entre legítimos e ilegítimos). No entanto, ressaltamos que é cunhado de Duarte Coelho, primeiro capitão de Pernambuco,²⁶ e que é casado com Filipa Melo, de quem são filhos legítimos Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Matias de Albuquerque Maranhão, Duarte de Albuquerque Coelho e Antônio de Albuquerque. Todos os seus filhos estarão ligados ao cargo de capitão de uma capitania: Jerônimo de Albuquerque será capitão do Rio Grande; Matias de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho, capitães de Pernambuco,

²⁶ Duarte Coelho é filho do navegador e cosmógrafo Gaspar Coelho, que participou nas expedições de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral e que, em 1503, comandou uma expedição ao Brasil. Descendentes de Duarte Coelho e de Brites de Albuquerque são Jorge de Albuquerque Coelho e Duarte Coelho de Albuquerque.

e, por último, Antônio de Albuquerque, capitão da Paraíba. O apelido Maranhão advém do fato de Jerônimo de Albuquerque, pai, ter participado na conquista do Maranhão (1614-1615) como *Capitão da Conquista e Descobrimento do Maranhão*.

SUCESSOS DA AÇÃO CONTRA A CAMPANHA HOLANDESA DE 1631

Do episódio de 5 a 12 de dezembro de 1631 existem alguns fatos a destacar:

1^ª) Companhias luso-brasileiras são cerca de 19. Delas destacam-se os Terços de Portugal e de Espanha e 2 companhias de índios tabajaras e potiguares;

2^ª) O Terço de Espanha é comandado por D. Juan de Xareda e nele se encontra o Conde de Bagnuoli (Giovanni Vincenzo Sanfelice), que comanda o Terço napolitano;

3^ª) Jerônimo de Albuquerque, irmão do capitão, é morto na contenda;

4^ª) Das 4 companhias espanholas acabam por morrer os fidalgos Juan de Xareda, Aleixo d'Arsa, Niculas de Plaçaola, e Belchior de Valadares;

5^ª) Frei Manuel da Piedade, franciscano da custódia de Santo Antônio do Brasil, morre devido aos ferimentos causados pelos "hereges";²⁷

6^ª) Tomando o número apontado por Frei Paulo do Rosário para a constituição de uma companhia como aproximado – 80 homens para companhia de luso-brasileiros e 70 para a de índios – temos os seguintes números, registrados nos quadros 1 a 4.

²⁷ Frei Paulo do Rosário, *Ibidem*, fl. 7v. A designação de "herege" é mencionada pela primeira e única vez durante o texto.

QUADRO 1

Tropas em confronto – Paraíba 1631

Tropas	Efetivos	Porcentagem
Portugueses	1.500	43%
Holandeses	2.000	57%

QUADRO 2

Baixas entre as tropas em confronto – Paraíba 1631

Tropas	Baixas	Porcentagem
Portugueses	137	26%
Holandeses	400	74%

QUADRO 3

Relação entre o total de efetivos e baixas – Paraíba 1631

Tropas	Efetivos	Baixas	Porcentagem
Portugueses	1.500	137	9,1%
Holandeses	2.000	400	20%

QUADRO 4

Composição das tropas portuguesas – Paraíba 1631

Tropas	Efetivos	Porcentagem	Baixas	Porcentagem	
				% do grupo	% do Total
Portugueses	880	58%	57	6,4%	42%
Terço de Portugal	160	12%	17	10,6%	12%
Terço de Espanha	320	21%	48	15%	36%
Índios	140	9%	15	9%	10%

CONCLUSÃO

O impresso de Frei Paulo do Rosário (OSB) é exemplificador de algumas circunstâncias já conhecidas. O poderio holandês nunca se adaptou à realidade do Brasil Colônia e as populações luso-brasileiras nunca aceitaram a presença destes no seu território.

O emprego da força pelos holandeses e a distância da metrópole obrigou *as gentes da terra* a arranjar uma maneira de se defender. A primeira organização militar na colônia foi a bandeira, levando os capitães-donatários e os capitães-mores ordens e regimentos específicos para arregimentar as populações em caso de necessidade de defesa.

Entretanto, o contato com o índio e com o negro, e também o clima e a geografia do terreno, obrigaram a uma adaptação desses exércitos locais às condicionantes existentes. A *guerra brasílica*, sendo ela uma guerra de guerrilha, é mais uma resposta a uma circunstância concreta: a presença do inimigo em grande número. Outro fato é que, nessa missão de defesa, toda a população – luso-brasileiros, índios, negros, espanhóis e até italianos – participa, chegando alguns historiadores, de maneira otimista, a afirmarem que nessa época começa a germinar o embrião do Brasil Nação.

